



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 851/98

“Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, e dá outras providências”

O Povo do Município de Lajinha, Estado de Minas, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica O Poder Executivo autorizado a instituir o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR de caráter normativo, deliberativo, consultivo e orientativo e de funcionamento permanente.

Art. 2º - Ao CMDR compete:

- I - promover o entrosamento entre as atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal e órgãos e entidades públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento rural do Município;
- II - Elaborar e apreciar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR e emitir parecer conclusivo atestando a sua viabilidade técnico-financeira, a legitimidade das ações propostas em relação às demandas formuladas pelos agricultores, e recomendando a sua execução ;
- III - Exercer vigilância sobre a execução das ações previstas do PMDR;
- IV - Sugerir ao Executivo e aos órgãos e entidades públicas e privadas que atuam no município ações que contribuam para o aumento da produção e produtividade e melhoria da qualidade agropecuária e para a geração de emprego e renda no meio rural;
- V - Sugerir políticas e diretrizes às ações do Executivo Municipal no que concerne produção, a preservação do meio-ambiente, fomento agropecuário e organização dos agricultores e à regularidade do abastecimento alimentar do Município;
- VI - Assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários das atividades desenvolvidas do Município;
- VII - Promover articulações entre as políticas municipais e as políticas estaduais e federais voltadas para o desenvolvimento rural;
- VIII - Acompanhar e avaliar a execução do PMDR.

Art. 3º - O CMDR tem foro e sede no Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais.

Art. 4º - O mandato dos membros do CMDR será de 2(dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, e o seu exercício será sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 5º - Integram o CMDR:

- a) 01 (um) representante do Governo Municipal
- b) 03 (três) representantes das Entidades ou Associações Comunitárias;



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

- c) 09 (nove) representantes de Entidades de Trabalhadores e Agricultura Familiar;
- d) 01 (um) representante do Sindicato dos Produtos Rurais;
- e) 02 (dois) representantes de Cooperativas;
- f) 01 (um) representante da EMATER;
- g) 01 (um) representante da Câmara Municipal.

Parágrafo Único – Os membros do CMDR serão designados pelo Prefeito Municipal mediante indicação dos titulares dos órgãos e entidades representantes.

Art. 6º - O Executivo Municipal através de seus órgãos e entidades da Administração direta e indireta, fornecerá as condições e as informações necessárias para o CMDR cumprir as suas atribuições.

Art. 7º - O CMDR elaborará o seu Regimento Interno, para regular o seu funcionamento.

Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE MAIO DO
ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO.
(06-05-1998)

Ver. PAULO CÉZAR HASTENREITER PORTES
Presidente da Câmara

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 11-05-98, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel
At. Legislativo